

# As Promoções e a Política

Raul Pilla

NA época de promoções nas Forças Armadas são inevitáveis as queixas e protestos dos oficiais preteridos. Alguns chegam a pedir transferência para a reserva remunerada.

Qual será a causa de tão grave e constante fenômeno? Pesquisá-la é um dever, dadas as repercussões, que afetam principalmente a unidade espiritual das corporações militares.

A causa mais geral e evidente é a intromissão da política na Força Armada ou, se se quiser, a intromissão dos militares na política. Estudando-se as preterições ocorridas, verifica-se, sem muita dificuldade, que se fizeram, ou para premiar amigos, ou para castigar adversários. E, neste jogo de prêmios e castigos, é quase inevitável sejam colhidos também os militares que, devotados exclusivamente à sua missão, não são nem uma, nem outra coisa.

Mas, se esta é a causa geral, nenhuma dúvida há que muito a agrava a prática de confiar a militares, não a civis, os ministérios correspondentes às Forças Armadas. Trata-se de funções meramente administrativas e políticas no alto sentido da palavra, e não de funções técnicas, que somente por conhecedores da arte se possam exercer. Outros, e não sujeitos às flutuações políticas, são os órgãos técnicos das Forças Armadas. Explica-se, deste modo, que em tôdas as verdadeiras democracias sejam civis, geralmente, os ministros das pastas militares. Isto em benefício geral do país e, mais diretamente, das Forças Armadas.

Um ministro civil, por exemplo, não terá nem interesse, nem força para subverter a justiça nas promoções. Ao contrário, a sua conveniência política será que tudo se processe normalmente. Um ministro militar, pelo contrário, não pode deixar de ter amigos e inimigos nas fileiras. E se, além de militar, for político, agravar-se-á grandemente a situação, porque passará a administrar também correligionários e adversários.

Típico é o que sucede com a pasta da Guerra. Graças ao ministro, está o Exército dividido em duas ou, talvez, três facções: os lottistas, os anti-lottistas e os que na contenda não tomaram partido. Tal divisão originou-se nos golpes de Estado de novembro, mas se tem mantido principalmente por ser ministro o militar por eles diretamente responsável. Se o sr. Juscelino Kubitschek tivesse tido a possibilidade de pôr civis nas pastas militares, civis naturalmente de alta categoria, como requer o cargo, é possível que se houvesse restabelecida a unidade nas Forças Armadas, hoje ainda tão comprometida.

Entretanto, segundo depõe uma alta patente, que no parlamentarismo vê a solução do nosso problema político, a causa principal da prevenção com que muitos militares consideram o sistema, é que ele traria naturalmente ministros civis para as pastas militares.